

31º Encontro Nacional da ANPOCS
22 A 26 de setembro de 2006
Caxambu, MG
ST 24: Partidos e Sistemas Partidários

**Determinantes do desempenho dos blocos ideológicos – direita,
centro e esquerda – nas disputas eleitorais¹**

Versão Preliminar

Helcimara de Souza Telles
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
✉ mara-telles@uol.com.br

Marcelo Caetano Simas
Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ
✉ msimas@fgv.br

¹ Este trabalho é uma versão da comunicação apresentada originalmente no *Terceiro Congresso da Associação Latino Americana de Ciência Política* (ALACIP), realizado na Universidade Estadual de Campinas (Campinas, 2006)

Determinantes do desempenho dos blocos ideológicos – direita, centro e esquerda – nas disputas eleitorais

Resumo: Este artigo tem como proposta ampliar as investigações acadêmicas sobre a dinâmica das eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados, no Brasil. Pretende apontar algumas das razões que podem estar associadas ao êxito ou retração eleitoral dos partidos políticos. O desempenho eleitoral dos blocos ideológicos - a variável dependente - foi medido pelo Índice de Razão de Avanço - IRA. Foram realizados testes estatísticos, baseadas nas hipóteses sociológicas - políticas, com o intuito de determinar o peso de algumas variáveis sobre os resultados dos blocos ideológicos. Pretendemos verificar em que medidas os diversificados padrões socioeconômicos, as características do formato do sistema partidário e as estratégias selecionadas pelos partidos podem estar associados aos resultados dos blocos, classificados por um critério ideológico que os reduz a centro/direita/esquerda.

Palavras chaves: Eleições proporcionais – Câmara dos Deputados – Partidos Políticos – Blocos Ideológicos

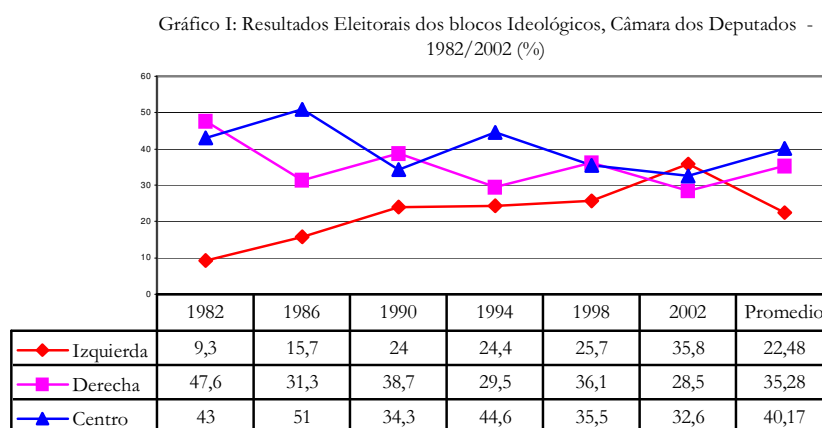
I – Introdução

A análise longitudinal dos resultados dos partidos nas eleições proporcionais brasileiras mereceu escassa atenção dos acadêmicos. Quando se trata de explicar a dinâmica das eleições, os estudos privilegiam as atitudes do eleitor, verificadas preferencialmente através da análise do seu comportamento no plano das disputas presidenciais. Ainda são relativamente escassas as pesquisas que incorporam dados empíricos para a análise sobre o desempenho dos partidos nas eleições para a Câmara dos Deputados. Contudo, através da observação das disputas para o legislativo, se podem juntar dados que refutem ou corroborem as hipóteses correntes sobre a fragilidade dos partidos, como organizadores da vontade popular.

Examinando a participação dos partidos nas eleições para a Câmara dos Deputados na série histórica das eleições proporcionais realizadas entre os anos 1982/2002, TELLES (2006) distribuiu os partidos em blocos ideológicos, os reduzindo às tricotômicas de centro, direita e esquerda. Para efeitos desta classificação, foram considerados tanto os estudos que categorizam os partidos a partir da observação do comportamento dos seus parlamentares no legislativo, como proposto por LAMOUNIER, 1991; KINZO, 1993; MENEGUELLO, 1994; LIMONGI & FIGUEIREDO, 1995; MENEGUELLO, MAINWARING, POWER, 2000; quanto também foi adotado o enquadramento ideológico proposto pelos eleitores (SOUZA et alii, 1985; GUILHON & BALBACHEVSKY, 1990; BALBACHESVISKY; 1995; SINGER, 2001). Ao final, os partidos receberam a seguinte classificação:

(i) Esquerda: PT/PDT/PSB/PC do B/PPS/PCB/PV/PSTU; (ii) Centro: PMDB/PSDB/PP/PL/PTR/PST; (iii) Direita: PDS/PFL-PPR/PTB/PRN/PRONA/PDC/PSD.

Com esta classificação, pôde ser identificado um padrão regular de votação nos blocos, o que poderia apontar tendências em direção ao fortalecimento dos partidos como organizadores da vontade popular na vida política brasileira, apesar de um contexto de pouca identidade partidária, de uma legislação que reforça estratégias individualistas e de uma frágil confiança nestas instituições, conforme pode ser observado pelo gráfico a seguir:



Fonte: Cálculos realizados por TELLES (2005), a partir das seguintes fontes: TSE: Secretaria de Informática e NICOLAU, Jairo. Dados Eleitorais do Brasil (1982-1996). Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ/UCAM, 1998. A soma da votação obtida pelos blocos em cada eleição é menor que 100%, pois o bloco de partidos indefinidos está excluída.

Os dados indicaram uma evolução no sentido de aproximação entre os resultados alcançados pelos blocos ideológicos. Confirma-se uma tendência de equilíbrio entre as forças, o que pode ser visto ainda nas eleições de 1998, quando a penetração do centro e da direita no eleitorado brasileiro se igualou e a esquerda manteve taxas positivas: quais fatores podem explicar este comportamento? Este artigo busca apontar algumas das razões que podem estar associadas ao desempenho eleitoral dos blocos, que foi distinto: alguns blocos desenvolveram – como a esquerda – enquanto outros sofreram um declínio gradual.

Os resultados eleitorais dos blocos ideológicos – a variável dependente – foram mensurados pelo IRA – *Índice de Razão de Avanço* (SIMAS, 2001). Este índice mede o apoio agregado por um partido em dois tempos distintos, e através dele se pode obter o eventual impacto das novas gerações eleitorais sobre o número de votos conquistados pelos partidos. Os resultados obtidos permitem indicar

se há ou não um padrão recorrente de apoio aos partidos, por parte de parcelas dos eleitores que foram englobados ao processo eleitoral. O *IRA* pode ser apresentado na forma de razão ou de diminuição e os intervalos de variações das formas do *IRA* são bastante diferentes. Nas formas de diminuição varia entre -1 e $+1$, e na forma de razão varia entre 0 e $+\infty$.

As duas formas do *IRA* têm um comportamento bastante claro e equivalente entre si. Mas, consideramos a forma de razão de mais fácil interpretação, por isso será a forma adotada como padrão para a leitura do *IRA*. Na forma de razão, são possíveis apenas três variações quanto aos resultados: (a) os resultados superiores a 1 assinalam o desenvolvimento mais que proporcional do partido com relação aos votantes, o que indica ganhos ou avanço do apoio eleitoral; (b) o intervalo entre 0 e $+1$ representa a faixa de crescimento menor que o proporcional, ou seja, a faixa de valores negativos, o que assinala perda de apoio eleitoral; (c) resultados iguais a 1 revelam uma situação de estabilidade estrita, na qual o partido manteve o mesmo índice de apoio entre dois pares de eleições.

Quadro 1: Índice de Razão de Avanço – IRA

Na forma de razão:	$(V1/C1) / (Vo/Co)$
Na forma de diminuição:	$(V1/C1) - (Vo/Co)$
Onde:	
IRA = Índice de Razão de Avanço;	
Vo = Número de votos obtidos pelos partidos no tempo '0';	
V1 = Número de votos obtidos pelo partido no tempo '1';	
Co = Total de eleitores que compareceram para votar no tempo '0';	
C1 = Total de eleitores que compareceram para votar no tempo '1'	

A partir disso, se pôde observar a dinâmica do processo eleitoral, pela comparação dos níveis de apoio aos três blocos. A dimensão ideológica vista longitudinalmente, mostra o aumento do apoio aos partidos da esquerda, tanto em áreas com menor grau de desenvolvimento econômico (nordeste/ centro-oeste /norte), como nas partes mais urbanizadas – sul/sudeste. O conjunto formado pelos partidos de esquerda exhibe índices positivos de avanço tanto nas regiões economicamente periféricas quanto nas mais urbanizadas e povoadas. Revela-se ainda que os partidos de direita vêm perdendo apoio no nordeste brasileiro, tradicional região aonde o PFL – Partido da Frente Liberal – matinha o controle de governos estaduais e Assembléias Legislativas.

Tabela I: Índice de Razão Avanço dos blocos ideológicos na Câmara dos Deputados, por região (1982/2002)

Norte	Esquerda	Direita	Centro
1982/1986	6,70	0,45	0,86
1986/1990	0,93	1,42	0,56
1990/1994	1,06	0,80	1,51
1994/1998	1,27	1,61	1,55
1998/2002	1,58	0,80	1,31
Média	2,31	1,02	1,16
Nordeste	Esquerda	Direita	Centro
1982/1986	8,75	0,53	1,04
1986/1990	1,99	0,89	0,51
1990/1994	1,06	0,82	1,51
1994/1998	1,58	1,29	1,19
1998/2002	1,53	1,18	1,08
Média	2,98	0,94	1,07
Sudeste	Esquerda	Direita	Centro
1982/1986	8,75	0,56	1,01
1986/1990	1,04	0,96	0,55
1990/1994	0,97	0,74	1,38
1994/1998	1,49	2,03	0,96
1998/2002	1,67	0,80	1,00
Média	1,42	0,94	1,08
Sul	Esquerda	Direita	Centro
1982/1986	1,42	0,56	1,08
1986/1990	1,07	2,15	0,45
1990/1994	1,39	0,92	1,12
1994/1998	1,25	1,61	1,13
1998/2002	1,58	0,81	1,16
Média	1,34	1,21	0,99
Centro - Oeste	Esquerda	Direita	Centro
1982/1986	4,61	0,73	0,95
1986/1990	3,21	1,03	0,43
1990/1994	1,09	0,70	1,55
1994/1998	1,07	1,44	1,23
1998/2002	1,66	1,19	0,92
Média	2,33	1,02	1,02
Brasil	Esquerda	Direita	Centro
1982/1986	1,42	0,56	0,97
1986/1990	1,19	1,29	0,53
1990/1994	1,06	0,78	1,39
1994/1998	1,42	1,58	1,06
1998/2002	1,32	0,75	0,87

Fonte: Cálculo realizado por TELLES (2005) a partir das seguintes fontes: TSE- Secretaria de informática - NICOLAU, Jairo. *Dados eleitorais do Brasil* (1982-1996). Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ/UCAM, 1998. Dados publicados por TELLES (2006, 2007a)

Neste artigo, nossa proposta é a de ampliar estas investigações sobre a dinâmica das eleições proporcionais, apontando algumas das razões que podem estar associadas ao êxito eleitoral ou ao declínio dos partidos, classificados como blocos ideológicos, no Brasil. Apresentaremos os

resultados de alguns testes de hipóteses retiradas das teorias sociológicas e políticas, tentando determinar o peso de algumas variáveis sobre os resultados dos blocos, explorando a capacidade explicativa dos diversificados padrões socioeconômicos, as características do formato do sistema partidário e as estratégias selecionadas por estes blocos ideológicos.

2. Determinantes do desempenho eleitoral dos blocos: hipóteses sociológica, institucional e política

O diagnóstico inicial sobre os resultados dos blocos ideológicos revelaram uma diferença no desempenho eleitoral, com a ocorrência de um desenvolvimento contínuo da esquerda, a contração da direita e uma oscilação do centro político. Os dados apontaram ainda que os níveis foram diferentes, variando entre os estados e as eleições. Quais fatores podem explicar este comportamento? As hipóteses propostas pela literatura consideram que o desempenho prático dos partidos pode estar relacionado com a estrutura da competição eleitoral ou com fatores exógenos, produzidos por causas extra-políticas. As principais hipóteses sobre a competição eleitoral se sustentam em teorias que analisam os partidos, os sistemas partidários e as eleições como micro ou macro processos. Os marcos processos são compreendidos a partir dos paradigmas: a) histórico-estrutural e b) o institucional. Os estudos sustentados nos micro-processos buscam avaliar a participação política e o comportamento eleitoral dos atores individuais, aonde se destaca a sociologia eleitoral, a psicologia e a escolha racional.

Cada um dos componentes desses conjuntos de fatores corresponde a uma variável, com causas independentes. Isso converte a interpretação do avanço ou retração eleitoral dos partidos bastante mais complexa do que sugeriria uma mera explicação, seja esta de cunho sociológico, histórico ou de determinantes institucionais. Nesta parte, nos detivemos na realização de testes com o objetivo de examinar se o resultado dos blocos nas eleições para a Câmara dos Deputados – 1982/1998 – se relaciona: com os diversos padrões socioeconômicos dos estados; (ii) com as características do formato do sistema partidário local; (iii) com os resultados anteriores obtidos pelos blocos.

2.1. Modelo teórico: fatores socioeconômicos

Em um primeiro modelo teórico, uma resposta para os diferentes padrões de votação obtidos pelos blocos para a Câmara dos Deputados se podem encontrar no interior do paradigma macro-processual. LIPSET & ROKKAN (1967) sugerem que a votação tem relação com os ambientes socioeconômicos e desta primeira premissa se extrai a hipótese segundo a qual o desempenho dos partidos pode estar relacionado com os fatores estruturais. Conforme se discutiu, seguindo o paradigma histórico-estrutural, SOARES (1973) apresentou dados empíricos que o levaram a crer na relação positiva entre o estado da economia brasileira e a penetração eleitoral dos partidos, no período de 1945/1962. Soares atribuiu a retração dos partidos conservadores do período às mudanças do perfil socioeconômico do país, o que influenciou por sua vez, no crescimento das forças reformistas, sobretudo o PCB e do PTB, este último o mais beneficiado pela modernização econômica.

A explicação dada pelo autor para o crescimento do PTB – organização com grande penetração entre o eleitorado de trabalhadores – já foi exaustivamente discutida, e para evitar repetições nos detemos sobre o corolário de seu argumento: a penetração eleitoral do PTB seguia um ciclo dependente do ambiente socioeconômico. Subjacente a isto, se tem um espaço urbano a formação de um homem político mais ideológico e mais refratário aos partidos sem conteúdos substantivos. Por isso, inicialmente o partido se consolida nas regiões mais desenvolvidas; uma vez alcançado o limite de seu crescimento nestas áreas, passa a estabelecer relações com o eleitorado das regiões subdesenvolvidas, mas sem perder o vínculo com as áreas mais urbanizadas e industrializadas.

Pode-se objetar que este primeiro tipo de formulação teórica resulta em uma versão com certo traço determinista, posto que parte da premissa que das relações econômicas objetivamente constituídas, emergiram necessariamente relações de interesses de classes espontâneos, sobre os quais se sustentaram os partidos de esquerda. Em um ambiente socioeconômico moderno, os partidos políticos de esquerda evoluíram naturalmente, dado que as identidades de classes já estavam constituídas. Originária também deste campo analítico, outra inspiração segue uma direção oposta a esta, e oferece uma resposta voluntarista, que enfatiza a prevalência do partido como o principal organizador dos interesses das classes, e único sujeito capaz de agrupar suas identidades.

À primeira vista, este modelo teórico deixa à margem a dinâmica política de curto prazo e não incorpora o comportamento dos principais atores, as estratégias utilizadas pelos demais partidos, a percepção dos interesses em jogo e as possibilidades de escolhas efetuadas por outras forças partidárias. Mas, pode-se ponderar a respeito destas objeções que a interpretação do fenômeno eleitoral tem que ser analisada como resultante do comportamento estratégico dos atores políticos. Mas, este

comportamento se faz efetivo em meio a situações históricas concretas, ou seja, se desenvolve dentro dos limites de um ambiente econômico, social e político definido. Assim, os fatores objetivos (nível de estruturação partidária, grau de escolaridade dos eleitores, nível de renda da população, grau de urbanização) de fato não determinam o resultado das conjunturas, mas colocam uma série de limitações que restringem o rol de possibilidades do seu desdobramento (LAVAREDA, 1986: 162).

Orientando pela corrente sociológica, indagou-se a respeito das diferenças quanto aos padrões de desenvolvimento socioeconômico que se relacionam com os resultados encontrados para os blocos de partidos. Ou seja, *exploraremos a capacidade que pode ter algumas características socioeconômicas dos estados como preditoras do avanço do bloco de partidos*. A explicação para o avanço da esquerda – no qual o PT é o maior partido, pode hipoteticamente apontar para um padrão similar ao do PTB: uma máquina eleitoral crescente, junto a um grande contingente de operários presentes nas áreas mais desenvolvidas economicamente. Deste modo, à primeira vista a esquerda cresceu em estados aonde as condições estruturais – que produziram opções ideológicas mais consistentes - determinariam o exercício da política e o avanço da esquerda. A previsão desta hipótese é a de que deverá ser observado que as proporções de avanço da esquerda tendam a ocorrer na medida em que se ampliam os níveis de desenvolvimento socioeconômico.

A elaboração o modelo empírico foi inspirada em alguns indicadores que FARIA (1974) compôs para analisar a penetração da ARENA e do PMDB nas eleições de 1974 e no estudo de Soares, sobre o PTB. O Modelo 1 – desenvolvimento socioeconômico – comporta as seguintes variáveis: (i) o grau de urbanização da atividade econômica regional; (ii) o status socioeconômico do estado; (iii) a importância da administração pública na oferta de emprego; (iv) a participação das mulheres na população economicamente ativa e (v) o nível de desigualdade. Os dados socioeconômicos foram obtidos da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNADA, em cada ano eleitoral analisado e foram transformados em taxas e índices. Estas variáveis estão indicadas do seguinte modo:

Quadro II – Variáveis estruturais socioeconômicas e indicadores

Variável	Indicadores
• Grau de urbanização da atividade econômica regional	• Proporção da população dependente de atividades agrícolas
• Status socioeconômico do estado	• Proporção de indivíduos com ensino superior sobre o total da população de estudantes • Proporção de domicílios com luz elétrica
• Importância da administração pública na oferta de emprego	• Proporção de indivíduos ocupados na administração pública
• Participação das mulheres na população economicamente ativa	• Taxa de participação das mulheres na população economicamente ativa
• Desigualdade	• Renda mensal de 10 o mais salários mínimos sobre renda mensal até 2 SM

2.2. Modelo teórico: estratégias políticas

Diferentemente do primeiro modelo analítico, outra vertente teórica apresenta hipóteses alternativas e complementares entre si, referindo-se estas à preponderância das explicações de causas políticas. Os processos históricos são dinâmicos, e oferecem aos partidos inumeráveis oportunidades no interior das conjunturas. Assim, mediante contextos que limitam as possibilidades ou as ampliam, os partidos buscam extrair ao máximo de satisfação das oportunidades que lhes são apresentadas. A hipótese aqui sustentada é a de que o incremento do avanço dos blocos foi acentuado quando o bloco que cresceu soube gerenciar os recursos políticos melhor que os demais parceiros, e assim potencializar seus votos, obtendo o maior proveito das condições aonde se operou a luta política.

Isto explicaria o fato de que o PT liderava o campo de esquerda quando então o disputava com o PDT. Nascidos ao mesmo tempo, estes dois partidos realizaram eleições que produziram efeitos diferentes: enquanto o PT avançava a cada eleição, o PDT segue um ciclo oscilatório, e alterou fases de incremento e de redução em seus níveis de avanço a cada eleição. Portanto, os recursos adotados pelo PT permitiram a sua sobrevivência eleitoral e posteriormente sua liderança sobre o pólo da esquerda, que se encontrava todavia desocupado nominalmente, no momento da introdução da democracia no Brasil. Não havia muito grau de certeza quanto a qual seriam os resultados das disputas entre o PT e o PDT, pois as condições contextuais permaneciam iguais para as duas forças.

Como ficou demonstrado (SAMUELS, 1997; TELLES, 1997, 2003; TELLES & IGNACIO, 2003), o PT se apoiou em uma concepção inicialmente mais doutrinária, disputando as eleições isolado

de outras forças política e realizando alianças somente quando isso maximizava seus votos. Sem deixar de privilegiar a representação política dos trabalhadores, o PT acentuou os resultados nas eleições ao adotar uma estratégia não exclusivamente dirigida para os pertencentes a esta classe. Deste modo, concorreu a cada eleição mediante um *trade-off* intertemporal: quando o PT selecionou estratégias em uma eleição, teve que calcular quais seriam os custos desta política para a eleição subsequente, e ponderar sobre quais seriam os contextos e os atores que enfrentaria posteriormente, como furto de suas escolhas.

O modelo a seguir é derivado desta vertente teórica. Nele, será testada a hipótese de que os resultados da estratégia dos blocos determinaram seus resultados futuros. A expectativa deste modelo é o de que o desempenho em uma eleição anterior – medida pelo IRA – seja capaz de prever seus resultados nas eleições seguintes em qualquer direção. Isso reforça o elemento da política e da seleção de estratégias como um dos condicionantes do desempenho eleitoral alcançado pelos blocos na disputa eleitoral para a Câmara dos Deputados.

No quadro seguinte, temos um resumo da hipótese enquadrada no modelo de fatores políticos. O comportamento da variável dependente e independente será sempre observado em cada um dos estados, nos pares de eleições: 1982/1986, 1986/1990, 1990/1994 y 1994/1998.

Quadro III: Modelo explicativo 2 - Fatores políticos

Variável	Indicadores
Estratégia	Lag IRA Direita – Lag IRA Centro – Lag IRA Esquerda

2.3. Modelo teórico: a corrente político-institucional

No interior da vertente de interpretações macro-processuais, a corrente político-institucional analisa o peso das variáveis políticas na consolidação e mutação dos partidos e dos sistemas de partidos. Neste modelo, a legislação partidário-eleitoral tem significativos impactos sobre os partidos. Por isso, *as instituições põem os parâmetros para a disputa eleitoral e para a distribuição de cadeiras*. Ao contrário do paradigma histórico-estrutural, esta vertente destaca a autonomia dos processos políticos e os nexos entre as normas legais e as instituições políticas.

O modelo propõe a compreensão da dinâmica partidária a partir do foco de seus condicionantes institucionais. Assim, mesmo que a estrutura social afete o comportamento eleitoral ou forneça obstáculos à incorporação do eleitor, o determinismo social não explica o formato atual do sistema partidário (LIMA JR, 1983). O modelo chama atenção para a influência do marco legal sobre o comportamento dos atores – partidos, eleitores e parlamentares. Nesta abordagem, a unidade de análise não é exclusivamente o partido político, mas também o contexto mais amplo – o sistema partidário, no qual atuam os partidos.

Esta corrente oferece importantes elementos analíticos para situar hipótese e paradigmas sobre partidos e eleições, ao revelarem a força das variáveis internas ou externas que atuam sobre a competição política e afetam o desempenho eleitoral dos partidos. Assim, se indagou sobre as diferenças quanto aos padrões do sistema partidário que se relacionam com os resultados encontrados para os blocos de partidos. O seja, a capacidade que podem ter algumas características dos sistemas partidários em cada um dos estados, sobre os resultados eleitorais dos blocos ideológicos. Deste modo, os blocos se desenvolveriam de maneira distinta, dependendo das características do formato do sistema partidário em cada região. O formato do sistema partidário será indicado pelo grau de competitividade, o padrão da competição e a representatividade do sistema.

Uma previsão contida nesta hipótese é a de que deverá ser observado que *as proporções de avanço da direita serão aumentadas na medida em que se ampliam os níveis de competitividade da disputa e a esquerda não deve ser beneficiada por um contexto mais competitivo*. Isto porque a esquerda conta com menor número de representantes na Câmara dos Deputados, portanto tem reduzidos recursos políticos originados do posto de deputado.

De acordo com PEREIRA & RENNÓ (2001), a distribuição de recursos locais feita por parlamentares em seus distritos é um dos fatores que determina a reeleição. A direita sempre foi o bloco com mais cadeiras, portanto o grupo com mais capacidade de oferecer respostas a demandas locais. Poderia ser argumentado que a renovação do parlamento brasileiro é alta, o que beneficiaria a vitória dos candidatos sem experiência política anterior no legislativo, desfavorecendo os blocos que possuem candidatos com experiência no legislativo. Mas, as taxas de renovação para a Câmara dos Deputados são cada vez mais decrescentes: 54,8% de renovação nas eleições de 1986 contra somente 37,2% em 1998; 38,8% de reeleição em 1986 contra 56,3% em 1988.

Como a esquerda possuía menor número de cadeiras no legislativo, possui menor número de candidatos disputando a reeleição. Em eleições competitivas, participar de uma disputa ocupando

postos no legislativo aumenta as chances de vitória dos blocos ideológicos com maior número de cadeiras.

Outro fator é a visibilidade do parlamentar de cada um dos blocos. De acordo com Miguel Felipe (2003), *“independente da origem do capital político, a visibilidade dos meios de comunicação é crucial para quem quer chegar ao topo da carreira política”*. Blocos com maior número de candidatos com cargos no legislativo têm visibilidade maior que aqueles com menor número de postos eletivos. Tal situação dificulta o avanço da esquerda, que é a força com menor número de parlamentares na Câmara: *“a visibilidade alcançada através dos meios de comunicação de massa é importante tanto para obter credibilidade diante dos chefes dos partidos, financiamento de campanha e outras operações políticas, quanto por facilitar a identificação com os eleitores”* (MIGUEL, 2003: 132).

A direita sempre foi o bloco com mais cadeiras. Ademais, lançou candidatos por muitos partidos isoladamente, ao passo que a esquerda disputa mais coligada (SIMAS, 1999). Com tal estratégia – mais parlamentares disputando a reeleição, visibilidade maior e lançando candidatos através de diversos partidos – a direita maximiza suas chances em contextos aonde as eleições sejam mais competitivas. Assim, dada a esta escolha estratégica, a direita tenderia a ser mais beneficiada que a esquerda. O grau de competitividade será indicado pelo número de partidos eleitorais efetivos na eleição – *N* – índice criado por LAAKSO & TAAGEPERA (1979).

Todavia, uma classificação dos sistemas partidários somente em número de partidos nos considera as diferenças substantivas no sistema de partidos. O modelo comporta ainda a variável *volatilidade eleitoral*. A volatilidade eleitoral mede o grau de mudança eleitoral agregada entre duas eleições consecutivas. A hipótese histórica contida na definição de volatilidade eleitoral é basicamente a seguinte: os sistemas partidários são institucionalizados quando a volatilidade eleitoral observada for relativamente constante baixa por um grande período (FIGUEIREDO, 1995:121). Se a volatilidade nos informa sobre a origem dos votos, pode ser relevante para indicar se alguma modificação significativa está ocorrendo no comportamento do eleitor. Em locais em que os vínculos ideológicos aos partidos são fortes, a volatilidade eleitoral tende a ser menor; onde há uma vinculação fraca entre a posição programática e ideológica dos eleitores, há uma tendência a que os eleitores mudem de um partido para outro (MAINWARING & TORCAL, 2005).

Finalmente, um terceiro indicador será utilizado para caracterizar o sistema: a *representatividade*. Consideramos o voto válido – votos dados aos partidos e candidatos – como uma expressão de

representatividade política de um local. Em tese, os votos efetivamente aproveitados expressariam contextos políticos aonde há mais proximidade entre representantes / representados e, por consequência, mais adesão ao sistema representativo. Ao deixar de anular seu voto ou preferir votar em branco e realizar uma escolha entre as alternativas existentes, o eleitor está se reconhecendo em uma das posições ofertadas. Portanto, admite a coerência ou proximidade entre suas expectativas individuais e as expressadas pelos partidos/candidatos, seja a proximidade com uma ideologia, uma imagem ou mesmo a identificação com os atributos pessoais ou funcionais de um candidato.

O modelo 3 - característica do sistema partidário – comporta as seguintes variáveis: competitividade, regularidade do padrão da competição partidária, representatividade e pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro IV: Características do sistema partidário

Variável	Indicadores
Competitividade	Número de partidos efetivos
Regularidade do padrão da competição partidária	Volatilidade eleitoral
Representatividade	Proporção de votos dados a partidos e candidatos

Ainda que os modelos, quando são analisados isoladamente, possam oferecer pistas para a exclusão ou aceitação das hipóteses, é preciso realizar um modelo de regressão com todas as variáveis independentes utilizadas nas listas, para assim controlar os resultados encontrado nos modelos 1, 2 e 3. Quando todas as variáveis são agregadas em um único modelo, as associações encontradas podem ser reduzidas ou bem demonstrarem ser relevantes e, o peso líquido de algumas variáveis – significativas na análise bivariada – pode desaparecer. Portanto, a regressão com todas as variáveis é o método que oferece maior capacidade explicativa entre as hipóteses testadas.

Poderiam ser apresentadas as relações mais importantes que cada uma das variáveis isoladamente apresentam em relação aos níveis de avanço ou de retração dos blocos, através de correlações bivariadas, o que pode nos levar a crer em relações que são falaciosas. Para evitar repetição na análise, a atenção será concentrada apenas sobre a atuação conjunta dos diversos determinantes, ou seja, nos deteremos em cada uma das análises multivariadas – cada modelo – o que evita que se tome como verdadeiras relações que são espúrias e que podem ocorrer quando se toma cada variável independente isoladamente em relação com a variável dependente.

3. O modelo empírico

A base dos dados corresponde aos resultados dos índices de avanço obtidos pelos blocos ideológicos nos pares de eleições realizadas no período de 1982/1998, em todos os estados. O modelo de regressão que se pretende estimar é bastante complexo, pois conta com dados sobre as *time series*, as eleições e as *cross-sections*, os estados. Juntas, estas informações formam o chamado modelo de *pooled time series*. O principal problema de estimação do modelo de *pooled time series* envolve o fato de que os indicadores das *cross-sections* apresentaram uma correlação no tempo. Desse modo, a variância da variável dependente – o IRA do bloco ideológico – será diferente entre as variáveis independentes e o avanço do bloco ideológico. A questão metodológica que se coloca é: porque agregar todas estas informações? Porque, neste estudo, o que se pretende é uma análise do avanço dos blocos ideológicos em todo o país e ao longo do tempo, o que converte a *pooled time series* no modelo ideal de análise.

Há vários métodos para corrigir este problema. O adotado neste trabalho será o modelo de *Least Square Dummy Variable (LSDV)*, que pretende corrigir o problema de diferencial de variância entre as *cross sections* de um modo bastante simples: a simples inclusão no modelo de um vetor de dummies para as *cross-sections* – as regiões do país. Deste modo, controlando os diferenciais de variância entre as regiões do país através das *dummies*, é possível observar o efeito das variáveis independentes no avanço de cada um dos blocos.

Deve-se chamar a atenção de que uma grande dificuldade do modelo LSVD é que a inclusão de mais variáveis reduz os graus de liberdade (*degrees of freedom*) do modelo, o que reduz seu poder estatístico. Assim, ao contrário de incluir no modelo um vetor do estado, optamos por um vetor de regiões geográficas, de modo que fosse reduzido o problema antes mencionado sem reduzir em muitos os graus de liberdade do modelo. Deste modo, os coeficientes de cada *dummy* regional representem o desvio com relação ao Sudeste.

Esclarece-se que o avanço médio, observado a seguir, tem em conta o avanço de cada um dos pares de eleição. Ao contrário do avanço total que levaria em conta apenas a informação sobre os pares de eleição inicial ao final do período, ignorando a diferença em pares de eleição durante o período.

Pode ser verificado que a variável dependente a ser analisada – o Índice de Razão de Avanço – não apresentou uma distribuição normal. O problema foi facilmente resolvido, pois envolvia apenas a presença de alguns *outliers* em certos pares de eleição e em alguns estados. Deste modo, foram

excluídos os valores muito acima da média de cada bloco, o que resultou na retirada de 6 pares de eleições/estado da análise, que estão descritos no quadro seguinte:

Quadro V: *Outliers* excluídos

Bloco	Estado	Ano	Valor do IRA
Direita	Bahia	1998/1994	8,67
Centro	Maranhão	1994/1990	4,08
	Alagoas		5,50
Esquerda	Alagoas	1998/1994	7,38

Com isto, se revelou que o IRA não se concentra em nenhum estado ou região do país, mantendo assim uma parte importante da generalidade do modelo, ou seja, sua capacidade de explicar o avanço dos blocos ideológicos nas diversas regiões do país. Por último, é necessário ressaltar que alguns estados não participaram de todas as eleições para a Câmara dos Deputados. Por outro lado, a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD – fonte dos dados socioeconômicos, não foi realizada sempre em todas as regiões, o que não nos ofereceu dados de alguns estados, para os três primeiros períodos, entre 1982/1990, principalmente na região Norte. A ausência de dados obrigou à exclusão destes casos da análise. De qualquer modo, estes casos foram inseridos na análise entre as eleições de 1994/98. A lista de estados com ausência de dados é: Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, Tocantins e Alagoas.

4. O resultado dos testes

O objetivo será o de apresentar os resultados dos testes estatísticos realizados para explicar o desempenho eleitoral dos blocos ideológicos no Brasil. Na tabela a seguir, apresentaremos uma matriz de correlações entre o avanço eleitoral de cada bloco ideológico, medido pelo IRA e três variáveis típicas da descrição de um sistema partidário: volatilidade, votos válidos e números de partidos efetivos.

Como podemos observar, a esquerda foi fortemente beneficiada pelo aumento do percentual de votos válidos, ao passo que a direita e o centro perderam apoio em tais ambientes. Considerando o voto válido como uma expressão da representatividade política de um local, podemos considerar que a esquerda se beneficiou de sistemas políticos mais representativos, por contraste com ambientes com

taxas maiores de votos nulos ou brancos, que nos indicam que o eleitor não se reconhece em nenhuma das propostas/partidos/candidatos ofertados.

A volatilidade eleitoral e a competição política apresentam comportamentos simétricos: de acordo com nossa expectativa, a esquerda é beneficiada pelas disputas com baixo nível de competição e alto grau de volatilidade, enquanto a direita cresce em disputas com mais baixa volatilidade e em sistemas mais competitivos. Pode ser dito que a direita já estava presente em todo o país, enquanto a esquerda era a força em ascensão. O centro apresenta comportamento intermediário e não é afetado significativamente por nenhuma das variáveis.

Tabela III: Matriz de correlação

		Ira Direita	Ira Centro	Ira Esquerda
% de votos válidos na eleição	r	-0,230	-0,287	0,457
	Sig. (r)	0,019	0,003	0,000
Volatilidade eleitoral	r	-0,183	0,116	0,299
	Sig. (r)	0,065	0,245	0,002
NEP eleitoral	r	0,229	0,099	-0,291
	Sig. (r)	0,021	0,324	0,003

*Valores em negrito indicam efeitos significativos ao nível de pelo menos 10% de probabilidade de H0.

Fizemos um teste mais amplo – um modelo de regressão multivariado do tipo LSVD, pelas razões já explicadas, com o objetivo de testar três hipóteses: (a) a influência das decisões estratégicas sobre aonde investir recursos político-econômicos, representada pela variável do atraso do *IRA* do próprio bloco ideológico e dos *IRA*'s dos blocos oponentes; (b) o impacto das características do sistema partidário; (3) o impacto da estrutura socioeconômica.

Mas, os modelos têm capacidades explicativas muito diferentes: o modelo da esquerda não é significativo. A esquerda se expandiu por todo o país, enfrentando os mais diversos contextos políticos e socioeconômicos. Assim, sua expansão não está associada a nenhuma característica específica das regiões brasileiras, mas está associada negativamente ao avanço do centro, de forma que os blocos de alguma maneira se evitaram.

No extremo oposto temos o modelo de avanço eleitoral do centro, que foi muito mais seletivo. Podemos perceber que politicamente o centro evitou espaços aonde a esquerda e a direita estivessem em forte crescimento. Além disso, o centro também foi beneficiado por uma porcentagem maior de

votos válidos, o que interpretamos como uma *Proxy* de maior adesão do local ao sistema de partidos ou a candidatos mais representativos.

As variáveis socioeconômicas apresentam um resultado contraditório: de um lado, a porcentagem de domicílios com eletricidade e de indivíduos com escolaridade universitária prejudica o avanço do bloco do centro; de outro, a porcentagem de trabalhadores não-agrícolas e de mulheres na população economicamente ativa melhora o avanço do centro. Todavia, como este conjunto de variáveis aponta na direção da modernização socioeconômica, os resultados demonstram contradição.

Em função do reduzido número de casos da nossa pesquisa, agregamos as variáveis: desigualdade de renda, percentual de indivíduos com escolaridade universitária e de trabalhadores não-agrícolas em um “fator de modernização”, através de inúmeras técnicas fatoriais, para reduzir os efeitos de colinearidade entre as variáveis de descrição social. O percentual de mulheres inseridas na população economicamente ativa não se correlacionou com as variáveis anteriormente indicadas, apresentando variância completamente independente. Assim, a presença de mulheres no mercado de trabalho parece estar medindo outro fator que não parece ser a modernização socioeconômica.

Tabela II: Modelos por bloco ideológico (LSVD)*

	Direita		Centro		Esquerda	
	Beta	Sig. (t)	Beta	Sig. (t)	Beta	Sig. (t)
Lag do IRA do bloco ideológico	-0,302	0,030	-0,088	0,478	0,009	0,959
Ira Direita	--	--	-0,298	0,049	-0,067	0,733
Ira Centro	-0,305	0,054	--	--	-0,373	0,079
Ira Esquerda	-0,047	0,685	-0,235	0,034	--	--
% de votos válidos na eleição	-0,135	0,366	-0,444	0,001	-0,153	0,441
Volatilidade eleitoral	0,021	0,878	-0,023	0,860	0,008	0,966
NEP eleitoral	-0,003	0,982	-0,079	0,601	-0,213	0,297
Desigualdade de renda	-0,135	0,367	0,115	0,431	-0,019	0,924
% de domicílios com eletricidade	-0,103	0,661	-0,538	0,012	-0,237	0,460
% de indivíduos com escolaridade superior	-0,076	0,776	-0,561	0,024	0,030	0,938
% de trabalhadores não-agrícolas	-0,006	0,985	0,559	0,049	-0,005	0,990
% de mulheres no PEA	0,458	0,003	0,273	0,086	-0,232	0,320
% de indivíduos ocupados na administração pública	0,272	0,149	0,595	0,001	0,338	0,191
Região Sul	0,123	0,499	0,204	0,220	0,068	0,771
Região Centro-Oeste	-0,006	0,969	-0,141	0,375	-0,017	0,939
Região Nordeste	-0,501	0,033	-0,370	0,104	-0,048	0,889
Região Norte	-0,109	0,708	-0,648	0,016	-0,170	0,674
R2 Ajustado	0,423		0,463		-0,008	
Sig. (F)	0,000		0,000		0,503	

*Valores em negrito indicam efeitos significativos al nível de al menos 10% de probabilidade de H0.

Os resultados dos modelos ficaram sensivelmente piores, o que nos indica que não temos problemas de colinearidade, mas que é necessária uma reflexão mais profunda sobre quais são as características do cenário social que podem aperfeiçoar as explicações sobre o desempenho dos blocos ideológicos. Todavia, podemos considerar que o centro provavelmente apresentará um contorno social mais bem definido que os de outros blocos, qualquer que seja a descrição escolhida.

Os estados com maior participação de indivíduos ocupados na administração pública apresentaram também efeitos significativos. Consideramos que esta variável indica uma associação de expansão do centro com a utilização de recursos do poder estatal. Desta forma, quanto mais aumenta a presença de administração pública, também fica maior a possibilidade de dispor de recursos de diversos tipos, em especial emprego público. Nota-se que durante toda série histórica, o país foi administrado por partidos situados ao centro – PMDB e PSDB – o que aumenta o poder explicativo do avanço do centro em cada localidade em conexão com a utilização de recursos públicos derivados do estado.

Regionalmente, podemos observar que o centro se expandiu mais fortemente no Sudeste brasileiro – região mais desenvolvida – que no Norte/Nordeste do país.

O crescimento da direita pode ser explicado sobretudo pelas variáveis de estratégia política. A variável atraso – o *lag* do bloco ideológico - indica que a direita não se expandiu para as regiões aonde ela apresentou fraco desempenho na eleição anterior. Como a direita já era demasiado grande e bem distribuída pelo país, isto significou uma tentativa de conquistar espaços em áreas aonde não tinha tradição. E, sempre que possível, evitando o centro, como podemos notar pelo coeficiente negativo do IRA do centro. A direita está associada à maior presença de mulheres na população economicamente ativa, o que novamente demonstra que esta variável não pode estar medindo modernização. Por último, sua expansão foi menor no Nordeste que no Sudeste.

5. Conclusões

O diagnóstico inicial sobre os resultados dos blocos ideológicos revelou uma diferença no desempenho eleitoral, com a ocorrência de um desenvolvimento contínuo da esquerda, a retração da direita e uma oscilação do centro político. A evolução eleitoral da esquerda não apresenta semelhança com o ciclo do PTB. Ao contrário do suposto na hipótese derivada do paradigma histórico-estrutural, os testes realizados indicaram que a difusão nacional da esquerda não foi condicionada pelos níveis de urbanização e desenvolvimento dos estados; o incremento de seu apoio foi independente da presença de estruturas socioeconômicas mais modernas. Ao contrário, os dados sugerem que a esquerda teve seu processo de expansão vinculado a elementos de ordem política, e confirmam que os recursos estratégicos e políticos causam mais diferença que o impacto das variáveis socioeconômicas na receptividade da esquerda.

Observa-se a ausência de correlação entre o grau de escolaridade e o crescimento do apoio à esquerda. Dado que o grau de desenvolvimento econômico é o que impulsiona os níveis de educação de um estado, estas duas variáveis acabam por estar bastante relacionadas: em estados com maior desenvolvimento socioeconômico têm tendências a ter taxas de população com mais anos de estudos do que encontradas em áreas de economia mais subdesenvolvidas. E, posto que os níveis de urbanização não afetaram o avanço da esquerda, o descarte da variável escolaridade acaba sendo o resultado esperado.

Os modelos ainda têm um caráter exploratório. Existe uma grande limitação na disponibilidade de variáveis no nível geográfico estadual com a extensão longitudinal, principalmente pela baixa sofisticação das bases de dados divulgadas no início da série – 1982/1986. Isto prejudica muito a definição de um modelo mais apurado das características políticas e socioeconômicas relevantes para explicar o padrão da expansão espacial e temporal das forças políticas nacionais.

Mas, cremos que os resultados reforçam as explicações políticas para o avanço do declínio dos blocos. Consideramos que mediante as circunstâncias que são impostas, os partidos se orientam por estratégias de competição que são capazes de determinar aprioristicamente os resultados dos blocos. Isto supõe que, mantendo-se estável o contexto para todos os partidos, as variações nos resultados que circunstancialmente existam são produzidos pelas interações entre os atores, além dos cálculos que têm como resultados linhas de ação. Neste sentido, há um repertório de recursos disponíveis, e esta estrutura de eleições se constitui em produto de estratégias. Assim, confirma-se que as estratégias políticas adotadas pelos blocos foram um elemento que condicionou o seu avanço ou retração. Tendo em conta o contexto, os partidos se armam de informações e elaboram estratégias, as quais têm efeito colateral sobre os seus resultados. Em termos práticos, a direita é beneficiada em sistemas políticos mais competitivos; o centro evita áreas da esquerda e da direita, ao passo que a esquerda tem parcela de crescimento determinado pelas localidades mais representativas.

Bibliografia

ALCÁNTARA, Manuel Saez; MONTEIRO, Mercedes Garcia; LOPEZ, Francisco Sanchez. *El poder legislativo en América Latina a través de sus normas*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2005.

ALCÁNTARA, Manuel Saez & FREIDENBERG, Flavia. Partidos Políticos na América Latina. *Opinião Pública*. Campinas, vol. VIII, nº. 2, 2002, p. 137 – 157.

BALBACHEVSKY, E. Identidade partidária e ideologia no eleitorado paulista: considerações sobre as eleições gerais de 1994. In: *Tipologia do eleitorado paulista*, São Paulo: Relatório FAPESP (Proc. Fapesp n. 94/1927-8), 1995.

BAQUERO, Marcelo. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 2001.

CASTELS, F & MAIR, P. Left-right political scales: some 'expert' judgements. *European Journal of Political Research*, n. 12. 1984.

FIGUEIREDO, Marcus. Volatilidade Eleitoral em Eleições Parlamentares, 1950-1978. *Opinião Pública*, vol. III, nº. 3, pp. 121-127, 1995.

_____. & JORGE, V. L. São Paulo: dinâmica e formato do sistema partidário. In: LIMAR JR, Olavo. *O sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

KINZO, M. D. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro, Rio Fundo/Iuperj, 1991.

LAMOUNIER, B. & MENEGUELLO, R. 1986. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAMOUNIER, B. *Depois da transição: democracia e eleições no governo Collor*. São Paulo: Loyola, 1991.

LIMA JR, Olavo. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. Eleições presidenciais: centralidade, contexto e implicações. *RBCS*. Vol. 14 no 40 junho/99

LIMONGI, Fernando & FIGUEIREDO, Argelina C. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. *Dados*. Rio de Janeiro, 38 (3): 497-525. 1995.

LIPSET, S. & ROKKAN, L. *Party systems and voter alignments: cross national perspectives*. New York: Free Press, 1967.

LOOSEMORE, John e HANBY, Victor J. The theoretical limits of maximum distortion: some analytic expressions for electoral systems. *British Journal of Political Science*, 4 (1):467-477, 1971.

- MAINWARING, S. & TORCAL, M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, Campinas, v.11, n.2, outubro, 2005, p.249 - 286
- MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, 20, p. 115 – 134, jun. 2003
- MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- MENEGUELLO, Raquel; MAINWARING, Scott; POWER, Timoty. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Paz e Terra: 2000.
- MENEGUELLO, R. Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994. In: DAGNINO, E. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- NICOLAU, Jairo. De desproporcionalidades e reformas eleitorais. *Monitor Público*. Rio de Janeiro, 6: 37-41, 1995.
- _____. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- _____. As distorções na representação dos estados na Câmara dos Deputados brasileira. *Dados*. Rio de Janeiro, 40 (3): 441-464, 1997.
- _____. *Dados Eleitorais do Brasil (1982-1996)*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj/UCAM. 1998.
- PEREIRA, C. & RENNO, L. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 44, n.2, Rio de Janeiro, 2001.
- REIS, F. W. *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo, Símbolo, 1978.

_____. "Partidos, ideologia e consolidação democrática". In: REIS & O'DONNELL, G. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

RODRIGUES, Leôncio. As eleições de 1994: uma apreciação geral. *Dados*. Rio de Janeiro, 38 (1): 71-92, 1995.

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. *Dados*, vol. 40, nº. 3, pp. 465-492, 1997.

_____. As bases do petismo. *Opinião Pública*. Campinas, Vol. X, nº. 2, Outubro, 2004, p. 221-241

SCHMITT, R. Multipartidarismo, competitividade e realinhamento eleitoral. In: LIMA JR., Olavo. *O sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

SIMAS, Marcelo. *Coligações em eleições proporcionais no Brasil*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Política, IUPERJ. Rio de Janeiro, 1999.

_____. Índice de razão de avanço. Rio de Janeiro: mimeo, 2001.

SINGER, André. *Esquerda e Direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil: desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.

_____. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº. 17, 1964.

SOUZA, Amaury. O sistema político-partidário. In: JAGUARIBE, H. (org). *Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SOUZA, Amaury et alii. Brizola e as eleições de 1982 no Rio de Janeiro. *Série Estudos*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 40, 1985.

TAAGEPERA, R & SHUGART, Matthew S. *Seats and votes: the effects and determinants of electoral systems*. New Haven: Yale University Press, 1989.

TELLES, Helcimara de Souza & IGNÁCIO, J.L. *Das ruas às urnas: partidos e eleições no Brasil contemporâneo*. Caxias do Sul: Editora da Universidade Caxias do Sul, 2003.

TELLES, Helcimara de Souza. El desempeño de los partidos políticos en las elecciones para la Cámara de los Diputados en Brasil. *Revista América Latina Hoy*, Salamanca, v. 1, p. 141-169, 2007a.

_____. Las elecciones brasileñas y la dimensión representativa en los gobiernos de Lula da Silva. *Revista Apuntes Electorales* - Revista del Instituto Electoral del Estado del México, v. VI, p. 53-94, 2007b.

_____. Direita, esquerda e centro nas eleições para a Câmara dos Deputados: uma análise longitudinal dos resultados eleitorais. In: RIBEIRO, Márcia e PÉREZ, José Manuel. *Antes do vendaval: um diagnóstico do governo Lula antes da crise política de 2005*. Porto Alegre: EDIPUC, 2006. p.103 – 134.

_____. *O PT e a ordem: identidade, conflito e interação*. Um estudo de caso sobre os candidatos a vereador nas eleições municipais de 1992. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1997.

TELLES, Helcimara de Souza; PALERMO, Vicente. El escenario político brasileño: la matriz institucional y la dimensión representativa en el gobierno de Lula da Silva. *Revista Umbrales de América del Sur*, Buenos Aires, v. 1, p. 81-94, 2006.